



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

PROPOSTA Nº 916 / 2013

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a definição dos critérios de transição dos recursos humanos do mapa de pessoal do Município de Lisboa que acompanham a atribuição das novas competências às juntas de freguesia ao abrigo da Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro

Considerando que:

A Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro, que aprovou a reorganização administrativa da cidade de Lisboa, repartindo competências essenciais à satisfação de necessidades dos munícipes e das pessoas que trabalham na cidade, entre o Município e as Freguesias, também prevê a repartição de recursos entre ambas as autarquias (artigo 1º), permitindo uma melhor afectação de recursos humanos e financeiros (artigo 3º).

A citada Lei vem, na prática, proceder, num só movimento, a uma reorganização administrativa, que consiste na alteração das autarquias locais Freguesias, que alteram os seus territórios e recebem competências oriundas de um Município, bem como a uma reestruturação de serviços das autarquias envolvidas, através da reafectação de recursos da Câmara Municipal de Lisboa para as Juntas de Freguesia da cidade, que assumem a condição de serviços integradores. Nesta medida, a Lei n.º 56/2012 tem, assumidamente, carácter especial, reconhecido como tal pelo artigo 5º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

Com efeito, a Lei determina que “a atribuição das novas competências às juntas de freguesia é acompanhada dos meios humanos, dos recursos financeiros e do património adequados ao desempenho das funções transferidas” (artigo 15º, nº 1) e “determina a transição do pessoal adequado aos serviços ou equipamentos transferidos, mantendo a plenitude dos direitos adquiridos, designadamente o direito à mobilidade para quaisquer serviços ou organismos da administração central e local.” (artigo 16º, n.º 1), cabendo “(...) à Assembleia Municipal definir os critérios da transição do pessoal.” (n.º 2) e à Câmara Municipal “a efetivação da transição do pessoal (...), após consulta às juntas de freguesia envolvidas.” (n.º 3).

Desta formulação legal, resulta que:

- i) a transição das pessoas tem como origem uma transição de competências: a atribuição das novas competências às juntas “é acompanhada dos meios humanos” (artigo 15º, nº 1);
- ii) a transição das pessoas é realizada na justa medida do necessário ao exercício dessas competências: o pessoal transferido deve ser o “adequado ao exercício das funções



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

transferidas” (artigo 15º, nº 1); o mesmo é dizer que respeita os princípios da neutralidade da despesa (artigo 15º, nº 2) bem como da proporcionalidade e da equidade entre Município e Freguesias, de modo a que todas as Freguesias beneficiem dos recursos humanos adequados ao exercício das competências que lhes são cometidas, sem comprometer o exercício das competências que permanecem na esfera municipal; neste sentido, permanecerão no mapa de pessoal da CML, aqueles trabalhadores que se encontrem afetos ao exercício das competências que se revelem indispensáveis para a gestão direta pela CML, de espaços, vias ou equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para a execução de missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa da cidade (artigo 13º, nº 1).

iii) tal como a transição das competências resulta da lei, a transição das pessoas também resulta da lei: a lei estipula expressamente que a atribuição das novas competências às juntas “determina a transição” do pessoal (artigo 16º, nº 1).

iv) a atribuição legal de novas competências às juntas de freguesia é realizada a título definitivo (artigo 12º), distinguindo-se da delegação de competências, que tem natureza transitória (artigo 14º); da mesma forma a transição dos meios humanos adequados ao desempenho das funções transferidas é realizada a título definitivo e não transitório (artigo 16º), sem prejuízo de eventuais deliberações que o município venha a tomar, ao abrigo do já citado artigo 13º, nº 1.

v) esta transição não se traduz em qualquer alteração ao vínculo de emprego público dos trabalhadores, havendo mera sucessão na posição jurídica de empregador público: os trabalhadores passam automaticamente a fazer parte do mapa de pessoal das freguesias, ocupando aí os postos de trabalho correspondentes às suas carreiras e categorias de origem, mantendo a plenitude dos direitos adquiridos, designadamente o direito à mobilidade para quaisquer serviços ou organismos da administração central e local (artigo 16º, nº 1).

Importa, assim, definir expressamente quer os critérios de transição do pessoal, que deverão ser gerais e abstratos e reportados às competências que transitaram para as Juntas, quer todo o pacote de garantias que o Município pretende clarificar, de modo estável e duradouro, para os trabalhadores que venham a transitar, num espírito de salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e do serviço público na cidade de Lisboa, sem prejuízo da autonomia constitucionalmente consagrada das Freguesias.

Nesse âmbito, importa, em particular, consagrar a previsão no mapa de pessoal do Município dos lugares que poderão ser reocupados pelos trabalhadores que agora transitem, numa eventual situação de retorno com fundamento em situações objectivas não imputáveis ao trabalhador ou em eventuais deliberações municipais tomadas ao abrigo do já citado artigo 13º, nº 1, e, nessa situação, a assunção, pelo Município, da integralidade dos direitos que



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

entretanto o trabalhador tenha adquirido no exercício das suas funções na respectiva junta de freguesia.

Foram auscultados os sindicatos representativos dos trabalhadores do município de Lisboa.

Nestes termos e ao abrigo da Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro, designadamente dos seus artigos 15º e 16º, conjugados com o artigo 33º, nº1, alínea ccc) da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa submeta à aprovação da Assembleia Municipal o seguinte:

I – Critérios de transição para as Juntas de Freguesia de Lisboa

1. Transitam para as Juntas de Freguesia os trabalhadores que ocupam os postos de trabalho na CML adequados ao exercício das competências que transitaram para as Juntas de Freguesia.
2. O universo dos trabalhadores necessários ao exercício das competências transferidas corresponde ao número de trabalhadores que exercem a sua actividade no âmbito das referidas competências, excluindo os trabalhadores necessários à execução das competências que se revelem indispensáveis para a gestão direta pela CML, expressamente reconhecidas em deliberação própria.
3. O universo de trabalhadores a transitar encontra-se dimensionado, em termos máximos para o âmbito das 24 Juntas, nos seguintes termos:
 - a) Pessoal directamente afeto aos serviços de higiene urbana: 870 trabalhadores;
 - b) Pessoal directamente afeto a equipamentos: 330 trabalhadores;
 - c) Outro pessoal afeto a funções transferidas, incluindo funções de suporte: 600 trabalhadores.
4. O dimensionamento global agora estimado será articulado e detalhado com cada junta de freguesia, em função das respectivas necessidades concretas, nomeadamente em termos de território e equipamentos transferidos e, para efeitos do previsto na alínea c) do ponto anterior, será ainda tido em consideração o universo e os perfis dos trabalhadores já existentes nos respetivos mapas de pessoal, bem como a verificação das necessidades da respectiva junta de freguesia em processo de identificação a desenvolver com cada junta de freguesia.
5. No que concerne às competências que são exercidas em equipamentos específicos (designadamente escolas, bibliotecas, mercados, equipamentos desportivos e postos de limpeza), a transição dos mesmos determina a transição dos trabalhadores que desempenham funções nesses mesmos equipamentos e que exercem actividades relacionadas com as competências que transitam.
6. Transitam ainda com os equipamentos os trabalhadores que exercem actividades na área de influência ou relacionadas com os equipamentos em causa, ainda que, por razões meramente logísticas, não estejam fisicamente nesses locais.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

7. Caso existam carências de recursos humanos, poderão os equipamentos ser subsequentemente reforçados com outros trabalhadores, a seleccionar nos termos dos números seguintes.
8. No caso das demais competências que transitaram, serão afetos, em primeiro lugar, os trabalhadores que, voluntariamente, manifestem vontade em transitar e, cumulativamente, detenham o perfil profissional definido para a função a exercer.
9. Será devidamente publicitado o período de manifestação de vontade, bem como o canal a disponibilizar para o efeito, o universo dos trabalhadores abrangidos e o conjunto de saberes e capacidades adequados ao exercício das funções a exercer que consubstanciam os perfis profissionais necessários.
10. Caso não existam trabalhadores voluntários em número suficiente e com o perfil profissional definido para a função a exercer:
 - a) A CML procede à selecção através de uma comissão composta por elementos da Direção Municipal de Recursos Humanos e dos serviços envolvidos no processo de transição de competências.
 - b) O método de selecção é a avaliação de competências profissionais, realizada através da análise do curriculum profissional do trabalhador e, se necessário, entrevista.
 - c) O nível de adequação das qualificações profissionais às exigências do posto de trabalho associado às competências que transitam é determinado pela avaliação dos seguintes factores:
 - i. As competências profissionais relevantes, que inclui designadamente os seguintes subfactores:
 - As competências profissionais directamente relevantes para o exercício das actividades correspondentes aos postos de trabalho que transitam;
 - As competências complementares relevantes para o exercício da actividade, certificadas através de formação profissional.
 - ii. A experiência profissional relevante, que inclui designadamente os seguintes subfactores:
 - O tempo de trabalho (carga horária semanal) ocupado no exercício de actividades correspondentes à competência que transita, quando aplicável;
 - A experiência no exercício das actividades desenvolvidas, para determinar a actividade com maior incidência nos últimos dois anos de serviço;
 - O exercício da actividade no âmbito de uma determinada área territorial para a qual transitam as competências;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- d) A selecção de trabalhadores será realizada sucessivamente:
- i. Nas unidades orgânicas cujas competências transitam para as Freguesias;
 - ii. Nas unidades orgânicas de enquadramento (primeira linha) das unidades referidas no ponto anterior;
 - iii. Nas restantes unidades orgânicas municipais.
11. A metodologia definida no ponto anterior será igualmente aplicável, com as devidas adaptações, sempre que seja necessário proceder à selecção de trabalhadores que, apesar de exercerem atividades associadas a equipamentos, devam permanecer afetos à CML no exercício de atividades associadas às competências que se revelem indispensáveis para a gestão direta pela CML.
12. No processo de selecção previsto no ponto 10 e a fim de garantir a prestação de bom serviço público quer pela CML quer pelas Juntas de Freguesia, através da adequada composição das respetivas forças de trabalho, e sem prejuízo de outros factores de ponderação atendíveis em razão da especificidade das funções a transferir, serão considerados como factores de equidade na validação da composição final global das equipas (lista nominativa dos recursos humanos que transitam e dos recursos humanos que permanecem na CML) os seguintes:
- a) Média de idades
 - b) Média de antiguidade na carreira
 - c) Média de absentismo
13. Os trabalhadores a transitar constarão de uma lista nominativa de transição que é notificada, por escrito, às Juntas de Freguesia e aos trabalhadores, para efeitos de audição prévia, sendo subsequentemente aprovada pela CML com definição da data em que se opera a transição.
14. Para efeitos de garantia da plenitude dos direitos adquiridos, consagrada no artigo 16º, nº 1 da Lei nº 56/2012, a cada junta de freguesia integradora de recursos humanos que transitem são enviadas as “fichas de trabalhador”, contendo todos os elementos identificativos da situação do trabalhador, nomeadamente as parcelas que compõem a remuneração, dias de férias gozados e por gozar, contabilização de pontos para efeitos de alteração de posicionamento remuneratório, horário praticado e demais direitos adquiridos que integram a esfera jurídica do trabalhador, incluindo o direito a regressar à CML nas circunstâncias referidas na alínea c) do ponto 3 da parte II da presente deliberação.
15. Cada Junta de Freguesia deverá manter actualizada a ficha referida no ponto anterior, de modo a garantir que, em caso de eventual retorno do trabalhador ao mapa de pessoal do município, este possa assumir a integralidade dos direitos que tenham entretanto sido adquiridos pelo trabalhador no exercício de funções na junta de freguesia.
16. É constituída uma Comissão de Acompanhamento que integra representantes a indicar pelos sindicatos e pela CML e tem por missão acompanhar as diversas fases do processo de transição dos trabalhadores.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

II – Direitos e Garantias dos Trabalhadores no âmbito do processo de transição

1. Nos termos da Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro, não existe qualquer alteração no vínculo público dos trabalhadores autárquicos da cidade de Lisboa cujos postos de trabalho transitam para as Juntas de Freguesia no âmbito do processo de reorganização administrativa da cidade.
2. Existe uma transmissão integral de direitos e deveres inerentes aos vínculos contratuais existentes, o que significa que os trabalhadores são detentores de um significativo conjunto de garantias associadas à natureza do vínculo de emprego público e ao princípio da continuidade do exercício de funções públicas na cidade de Lisboa, designadamente, as seguintes:
 - a) Manutenção da relação jurídica de emprego público, com manutenção do vínculo de direito público com uma entidade empregadora pública (Freguesia).
 - b) Manutenção da aplicação do regime jurídico do trabalho em funções públicas, previsto na Lei n.º 12-A/2008 e Lei n.º 59/2008 e legislação conexas.
 - c) Manutenção da carreira e categoria do trabalhador, e do respetivo posicionamento remuneratório.
 - d) Salvaguarda da antiguidade do trabalhador para todos os efeitos legais.
 - e) Inexistência de qualquer período experimental.
 - f) Manutenção da situação dos trabalhadores que se encontrem a beneficiar de direitos no âmbito da proteção da parentalidade.
 - g) Tratamento adequado das situações de trabalhadores com deficiência ou com doença crónica.
 - h) Dispensa de horas para auto-formação nos termos legais.
 - i) Acumulação de funções nos moldes previstos nos artigos 27º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008.
 - j) Aplicabilidade das figuras de mobilidade previstas nos artigos 58º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, aliás como decorre do artigo 16º nº 1 da Lei nº 56/2012.
 - k) Manutenção dos dias de férias adquiridas por idade e tempo de serviço e sua acumulação para o ano seguinte, nos termos da lei.
 - l) Remuneração base de acordo com a Tabela Remuneratória Única da função pública.
 - m) Evolução remuneratória na carreira nos termos dos artigos 46º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008.
 - n) Manutenção do abono de suplementos remuneratórios com carácter regular e permanente, associados às condições de prestação de trabalho.
 - o) Prémios de desempenho, sempre que previsto na lei.
 - p) Avaliação de desempenho dos trabalhadores nos termos do SIADAP, aprovada pela Lei n.º 66-A/2007.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- q) Salvaguarda das avaliações de desempenho atribuídas e do cômputo de pontos, para efeitos de alteração de posicionamento remuneratório na carreira.
 - r) Manutenção do regime de proteção social convergente para efeitos de doença dos trabalhadores em funções públicas que descontem para a CGA.
 - s) Manutenção dos regimes de segurança social para efeitos de aposentação, reforma e sobrevivência - CGA e Segurança Social (para trabalhadores que tenham ingressado após 31/12/2005).
 - t) Manutenção do regime da ADSE.
 - u) Manutenção das situações de mobilidade funcional em que os trabalhadores se encontrem à data da transição, nomeadamente em regime de mobilidade na categoria, intercategorias e intercarreiras.
 - v) Manutenção dos direitos dos trabalhadores que se encontrem a beneficiar do estatuto de trabalhador estudante, jornada contínua e acumulação de funções.
 - w) Possibilidade de regresso à CML para trabalhadores que tenham concorrido a procedimento concursal aberto pela CML, caso venham a ficar classificados em lugar que lhes permita a ocupação de um posto de trabalho.
 - x) Garantia dos direitos sindicais.
3. Sem prejuízo das garantias gerais enunciadas no número anterior, são igualmente dadas as seguintes garantias para plena salvaguarda do posto de trabalho:
- a) Inaplicabilidade do regime da requalificação de trabalhadores em funções públicas (antiga mobilidade especial).
 - b) Possibilidade de regresso à CML, em regime de mobilidade nos termos gerais (mobilidade na categoria para organismo diferente).
 - c) Para esse efeito, a CML manterá “cativos” no seu mapa de pessoal, os postos de trabalho correspondentes aos trabalhadores que transitem para as Juntas, os quais poderão ser preenchidos pelos mesmos trabalhadores caso o posto de trabalho, na Freguesia integradora, venha a ser posto em causa por razões objectivas não imputáveis ao trabalhador ou novas deliberações municipais a tomar ao abrigo do artigo 13º, nº 1 da Lei nº 56/2012.
4. Para salvaguarda dos direitos adquiridos dos trabalhadores que transitam, as entidades envolvidas devem garantir o direito à opção pela utilização, em condições idênticas aos trabalhadores que permanecem na CML, nomeadamente:
- i. dos serviços de medicina do trabalho da CML.
 - ii. dos Serviços Sociais da CML.
 - iii. da rede de refeitórios da CML.
 - iv. da rede de unidades de educação da CML.
 - v. dos serviços de higiene e segurança no trabalho da CML.
 - vi. das medidas de apoio à infância e à adolescência e aos filhos dos trabalhadores em idade escolar desenvolvidas na CML.
 - vii. dos cursos que integram o Plano de Formação da CML.

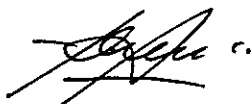


C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- viii. de acções de formação específicas à medida das necessidades das Juntas.
 - ix. das escolas de jardinagem e de calceteiros.
 - x. do plano de estágios da CML.
 - xi. do sistema de qualificação (reconhecimento, validação e certificação de competências) da CML.
 - xii. Negociação da manutenção e da extensão às Juntas dos protocolos celebrados pela CML com empresas e outras entidades.
 - xiii. Do acesso à Rede Colaborativa com a CML.
5. O conjunto destes direitos, benefícios e regalias integra a ficha de trabalhador a que se referem os pontos 14 e 15 da primeira parte da presente deliberação e figurará nos autos de transferência a assinar entre o município e as freguesias envolvidas.

Lisboa, em 19 de Dezembro de 2013

Os Vereadores



Fernando Medina



Graça Fonseca



ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º, nº 2 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 20 de Dezembro de 2013, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais das referidas propostas, a ata em minuta:

Proposta n.º 915/2013 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Graça Fonseca)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a aprovação do elenco das missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa da cidade, bem como dos espaços, das vias e dos equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para a execução daquelas missões, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 14 votos a favor (9PS, 2Ind., 3PPD/PSD), 2 votos contra (PCP) e 1 abstenção (CDS/PP))

Proposta n.º 915A/2013 (Subscrita pelos Senhores Vereadores do PCP)

Aprovar às alterações à proposta nº 915/2013, nos termos da proposta;

(Votada ponto por ponto)

Ponto 1, ponto 2.1, ponto 2.3, ponto 2.5, ponto 2.6 - rejeitados com 15 votos contra (9PS, 2IND, 3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos a favor (PCP)

Ponto 2.2 - rejeitado com 13 votos contra (9PS, 3PPD/PSD e 1 CDS/PP), 2 abstenções (IND) e 2 a favor (PCP)

Ponto 2.4 - rejeitado com 14 votos contra (9PS, 1(IND), 3(PPD/PSD) e 1 (CDS/PP), 1 abtenção (IND) e 2 votos a favor (PCP));



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 916/2013 (Subscrita pelo Sr. Vereador Fernando Medina e pela Sra. Vereadora Graça Fonseca)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a definição dos critérios de transição dos recursos humanos do mapa de pessoal do Município de Lisboa que acompanham a atribuição das novas competências às Freguesias, ao abrigo da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 14 votos a favor (9PS, 2Ind. e 3PPD/PSD), 2 votos contra (PCP) e 1 abstenção (1CDS/PP))

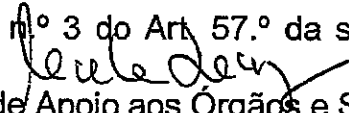
Proposta n.º 916A/2013 (Subscrita pelos Senhores Vereadores do PCP)

Aprovar as alterações à proposta n.º 916/2013, nos termos da proposta;

(Votada ponto por ponto:

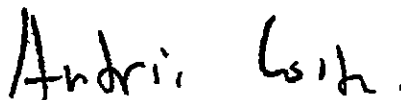
Ponto 1 - rejeitado com 13 votos contra (9PS, 3PPD/PSD e 1 CDS/PP) e 4 votos a favor (2Ind. e 2 PCP))

Ponto 2 - rejeitado com 15 votos contra (9PS, 2IND, 3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos a favor (PCP))

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu,  Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 20 de Dezembro de 2013

O Presidente



- António Costa -

PROPOSTA N.º 915/2013 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A APROVAÇÃO DO ELENCO DAS MISSÕES DE INTERESSE GERAL E COMUM A TODA OU A UMA PARTE SIGNIFICATIVA DA CIDADE, BEM COMO DOS ESPAÇOS, DAS VIAS E DOS EQUIPAMENTOS DE NATUREZA ESTRUTURANTE PARA A CIDADE OU PARA A EXECUÇÃO DAQUELAS MISSÕES, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA N.º 916/2013 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE TRANSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE LISBOA QUE ACOMPANHAM A ATRIBUIÇÃO DAS NOVAS COMPETÊNCIAS ÀS FREGUESIAS, AO ABRIGO DA LEI N.º 56/2012, DE 8 DE NOVEMBRO, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Creio que já estamos em condições...

Muito bem, Sras. e Srs. Vereadores, muito bom dia, bom dia a todos os presentes, creio que estamos em condições de retomar os trabalhos que interrompemos antes de ontem, sei que há novas, algumas alterações introduzidas no texto das duas propostas que temos para apreciação, antes disso, quero dizer que na reunião de hoje a Sra. Vereadora Teresa Leal Coelho é substituída pela Sra. Vereadora Alexandra Barreiras Duarte, a quem dou as boas vindas, e passo a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Vereadora Graça Fonseca?

Vereadora Graça Fonseca tem a palavra.

A Sra. Vereadora Graça Fonseca tem a palavra: - Obrigada Sr. Presidente, bom dia a todos, muito sumariamente só para apresentar algumas alterações que foram introduzidas à proposta relativa à definição dos espaços estruturantes, foi possível fazer um trabalho ontem, portanto desde a reunião de quarta-feira, portanto, ontem durante o dia todo, com alguns contributos que foram recebidos, especialmente da parte do PSD, e foi também possível refletir sobre algumas das questões que foram aqui faladas durante o debate de quarta-feira, na análise da proposta, e portanto resumidamente foram acrescentados alguns pontos, foi especificamente que dou como exemplo, foi acrescentado um ponto relativo à habitação para ficar específica a questão dos prédios devolutos, foi também um dos contributos que a Sra. Vereadora Paula Marques tinha enviado, achámos importante em diversos pontos, nomeadamente no ponto relativo aos mercados e às bibliotecas reforçar aquilo

que também foi aqui objeto de debate a importância da rede e da continuação quer no âmbito dos mercados, quer no âmbito das bibliotecas que independentemente de haver equipamentos que sejam geridos diretamente pelas juntas de freguesia, isso naturalmente não coloca em causa o que é o funcionamento da rede de bibliotecas, e aquilo que devem ser as normas aplicadas em todas as bibliotecas, e foram especificados alguns outros pontos relativamente também à parte de equipamentos sociais, e à parte que consta aqui como equipamentos sociais com, que estão hoje em dia a ser geridas por entidades terceiras.

Fundamentalmente Sr. Presidente foram estas melhorias que foram feitas nesta proposta, ao nível da proposta dos Recursos Humanos foram também introduzidas algumas questões que penso que o Sr. Vereador Fernando Medina poderá também especificar.

Obrigada Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Obrigado Sra. Vereadora. Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Vice-Presidente: - Muito obrigado Sr. Presidente, muito bom dia a todos, fruto dos contributos recebidos, em particular do grupo parlamentar do PPD/PSD, há aqui alguns ajustamentos com significado que melhoram significativamente o desenho da proposta, eu elencava de forma sintética, em primeiro lugar a precisão de que o Universo que era um Universo estimado, relativamente ao universo de trabalhadores a transitar é um universo máximo, primeira consideração.

A segunda consideração é a identificação muito precisa de que no processo de transferência além da dimensão das competências que são transferidas, ou no fundo agora repartidas de forma diferente com as juntas de freguesia, deve ser tido em conta as necessidades concretas específicas de cada junta de freguesia em função dos perfis profissionais dos trabalhadores que já dispõe nos seus quadros de pessoal em particular nas juntas de freguesia que resultam de fusão, e a verificação no fundo dessa compatibilização das necessidades das juntas de freguesia.

Em terceiro lugar a precisão relativamente ao processo e ao método, do ponto de vista da seleção dos trabalhadores não afetos diretamente a equipamentos, e a precisão de todo esse procedimento, a inclusão, no fundo o reforço, ou a melhor expressão da garantia dos direitos de regresso ao quadro da Câmara Municipal de Lisboa, em particular aquela associada ao exercício do exercício do...peço desculpa, relativamente ao exercício da determinação dos espaços

estruturantes, e julgo que Sr. Presidente, Srs. Vereadores que são estas as alterações de fundo e em particular esta que acabei de referir, da adaptação, e de ter em conta o critério do quadro de pessoal existente, e das necessidades das juntas de freguesia como um critério de nível igual às transferências, às competências que atualmente são transferidas, como um critério para a afetação do pessoal.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Obrigado, Sr. Vereador António Proa.

O Sr. Vereador António Proa: - Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, na sequência da sugestão para se suspender este processo de discussão relativamente à operacionalização da forma da cidade de Lisboa nomeadamente no que diz respeito, quer ao elenco das missões, e dos equipamentos estruturantes quer do ponto de vista dos critérios para a transição dos Recursos Humanos, da Câmara para a juntas de freguesia, foi possível, e digo, afirmo com satisfação, foi possível que através da partilha da informação que demos nota que então faltava, bom como da abertura para a introdução de contributos com vista a melhorar as propostas, valeu a pena esta suspensão, porque temos hoje aqui para apreciar propostas que têm, pese embora não sejam alterações de fundo, são alterações em alguns aspetos que nos parecem determinantes para continuarmos a acreditar que esta reforma vale a pena, e que esta reforma vai correr bem.

E portanto em primeiro lugar sublinhar o compromisso, o compromisso que eu tinha tido oportunidade de referir na última reunião que considerava importante, tinha estado na base da construção da reforma administrativa da cidade de Lisboa, e que se readquiriu com esta pausa na prossecução deste processo.

Portanto, primeira nota para afirmar que o PSD não tem dúvidas em afirmar o seu compromisso relativamente a mais esta fase do processo de reforma de Lisboa.

Uma fase que eu tinha tido oportunidade de dizer que era particularmente complexa porque entramos na fase da operacionalização da reforma, e portanto de forma reforçada tinha referido a necessidade de permanência deste compromisso político na reforma de quem esteve na origem da reforma de Lisboa.

Relativamente ao que foi alterado, só dar 3 ou 4 notas daquilo que me parece mais relevante, por um lado a clarificação quanto à rede de mercado e à importância estratégica que a Câmara afirma quanto à rede de mercados, e ao

papel que os mercados podem desempenhar, não impedindo que os mercados sejam transferidos, a sua gestão seja transferida para as juntas de freguesia, mas ainda assim, mantendo a preocupação relativamente ao papel que os mercados podem desempenhar.

Bem assim como relativamente às bibliotecas, a salvaguarda do papel da manutenção de uma rede, da ideia de rede de bibliotecas esse reforço, e essa clarificação também me parece relevante.

Por outro lado uma clarificação relativamente à questão das vias estruturantes e ao papel do município relativamente às vias consideradas estruturantes.

E por fim, também uma clarificação relativamente aos espaços verdes tornando o elenco dos espaços verdes considerados estruturantes, mais do nosso ponto de vista, mais coerente.

Ainda uma nota que não posso deixar de referir um reforço da importância da alçada artística da referência da especificação da referência do detalhe, se quiserem, do maior detalhe relativamente à calçada artística que também me parece, embora simbólico, importante.

E por fim um aspeto particularmente delicado, mas também por isso muito importante e que se prende com a transferência de recursos humanos, relativamente a esta matéria era alvo de grande preocupação quer desde logo afirmada pelos Vereadores do PSD, que era por parte das juntas de freguesia quer por parte dos próprios trabalhadores e parece-me que a alteração que aliás foi referida com detalhe pelo Sr. Vereador Fernando Medina, que eu me escuso de repetir, essa alteração que eu resumiria com o maior papel das juntas de freguesia e uma maior preocupação, sublinhar, uma clarificação se quiserem, da preocupação do ajustamento das necessidades de cada junta de freguesia à respetiva transferência a operar para as juntas de freguesia, parece-me que atinge dois objetivos importantes, por um lado conduz a um maior ajuste face às necessidades efetivas de cada junta de freguesia e parece-me que é importante quando queremos que se melhore a prestação de serviços que vão ser, que vão passar a ser da responsabilidade das juntas de freguesia, ajustar essa transferência no que diz respeito aos recursos humanos tal como se fez relativamente a equipamentos e a outros espaços, parece-me que conduz a uma maior eficácia, mas uma outra dimensão que me parece importante sublinhar, a valorização dos recursos humanos a transferir, porquê? Porque ao exigirmos um maior ajuste do quadro dos recursos humanos a transferir para as juntas de freguesia, estamos a significar também que cada recurso humano que é transferido é efetivamente uma mais-valia para este processo de reforma administrativa da cidade de Lisboa e, portanto, nessa

medida eu acho que damos também aqui um sinal importante daquilo que consideramos ser o papel importante que os recursos humanos a transferir vão operar no sucesso desta reforma da cidade de Lisboa.

Portanto, para terminar Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, eu tive oportunidade de dizer que esta reforma é uma mudança muito complexa, não está isenta de riscos, mas quero aqui afirmar também com toda a convicção que continuamos a acreditar no sucesso desta reforma, que continuamos a acreditar que esta reforma é um instrumento decisivo para melhorar o serviço que é prestado aos cidadãos, aos munícipes e isso é a nossa principal prioridade porque acreditamos que as freguesias podem desempenhar melhor funções até agora desempenhadas pela Câmara Municipal e julgo que nesta medida que a Câmara dá aqui um sinal importante também através do compromisso de uma reforma para melhorar a cidade, modernizar a administração e é um bom exemplo para o país. Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. Presidente :- Obrigado Sr. Vereador. Sr. Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira :- Muito bom dia Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, não repetindo aquilo que foi a minha intervenção na passada reunião de Câmara, gostaria no entanto de aqui sublinhar o facto de este período, esta interrupção ou esta suspensão que tivemos nestas discussões beneficiou em muito face a algumas reservas e dúvidas jurídicas em matéria de pessoal, penso que beneficiou e muito com os contributos que foram dados designadamente pelo Sr. Vereador Fernando Seara.

Como diziam aqui há pouco termina agora o período conceptual e passamos agora à parte e à componente operacional, é uma componente operacional que será difícil e exigente e o CDS manterá a proposta de alteração que aqui apresentou na anterior reunião de Câmara, é uma proposta de alteração que eu apelidei de uma proposta cautelar na medida em que evidentemente que concordamos com todas, como é evidente, com todas, com o que está definido na lei, o que foi aprovado em matéria de delegação de competências, mas também entendemos que essa delegação podia ser feita de uma forma escalonada e faseada.

O Sr. Presidente entende de uma maneira diferente, eu compreendo e espero que esteja certo e que o seu entusiasmo se concretize no sentido em que não haja quebras de funcionamento em nenhum dos equipamentos e nenhuma das estruturas que serão delegadas, mas não deixo de reiterar aqui a preocupação

que manifestei na última reunião de Câmara que tem a ver com as escolas e o período em que é feita esta mesma transferência e portanto eu gostaria de ter a certeza que todos os pais poderiam ficar tranquilos relativamente às escolas e que não haverá nenhuma quebra de funcionamento e nenhum problema no âmbito escolar. Muito obrigado.

O Sr. Presidente :- Muito obrigado. Sr. Vereador João Ferreira.

O Sr. Vereador João Ferreira :- Muito bom dia, bom dia a todos. Sr. Presidente, nós no que pudemos ver da proposta que nos foi distribuída, no pouco tempo que tivemos visto que só tivemos acesso a essa proposta esta manhã, não encontrámos alteração de nenhum dos pressupostos que nos levou a defender que nenhuma decisão fosse tomada na quarta-feira por não estarem reunidas no nosso entender as condições para isso, não se alterou também nenhum dos pressupostos que estão na base da nossa posição de princípio de recusa das duas propostas, persistem muitas perguntas sem resposta, aliás o Sr. Vereador António Prôa diz aqui que a proposta hoje recebida que lhe responde a algumas das preocupações, eu recorro aqui que uma das preocupações que o Sr. Vereador António Prôa e o PSD aqui deixou, e bem, porque nós partilhamo-la, foi a necessidade de mais informação sobre o processo nomeadamente mais informação da parte da posição dos 24 Presidentes de Junta, nós continuamos sem saber, acho que os próprios Presidentes de Junta continuam sem saber em primeiro lugar com o que podem contar em sequência destas propostas, nomeadamente em relação ao pessoal, e continuamos nós aqui sem saber qual a posição, com algumas exceções entretanto tornadas públicas, nomeadamente aquelas que dizem respeito à posição que foi tomada, nomeadamente o caso que eu aqui trouxe na reunião de Câmara em que há uma Presidente de Junta do Partido Socialista que claramente deixa subentendida, aliás deixa expressa a intenção de prescindir de trabalhadores a transferir por parte da Câmara Municipal, há ainda uma falta grande de informação sobre isso, para além de todas as outras questões que permanecem sem resposta, nomeadamente como é que estruturas com um único eleito a tempo inteiro vão ter capacidade para arcar com todas as competências que agora lhe são transferidas e que não são alteradas com as alterações que entretanto nos foram apresentadas. Como é que é em relação aos equipamentos em estado degradado de conservação? Como é que é em relação aos pavimentos pedonais em mau estado? Como é que é em relação aos auxiliares de ação educativa em falta?

Como é que é em relação aos trabalhadores precários, aos recibos verdes do jardim de infância nomeadamente, quantos são e o que lhes vai acontecer? Porque se transfere já em definitivo os trabalhadores quando daqui por um ano se vai reavaliar as decisões agora tomadas no que respeita à transferência de competências? Têm as Juntas de Freguesia ou não capacidade para, designadamente capacidade para o plano financeiro, para assegurar as competências que agora lhes são transferidas e os trabalhadores que, em média 75 trabalhadores por junta de freguesia, estão asseguradas estas verbas? Temos dúvidas que assim seja.

Como é possível garantir aos trabalhadores algo em matéria que é de reserva de lei da Assembleia da República, nomeadamente a inaplicabilidade do regime de requalificação de trabalhadores em funções públicas, enfim, e outras questões relacionadas com a desigualdade de tratamento entre municípios, quem vai assegurar igual valor nas taxas a aplicar nos equipamentos de diferentes freguesias, questões relacionadas com a continuidade de políticas municipais relevantes, políticas setoriais relevantes, nomeadamente de programação desportiva, cultural, como é que pode continuar num quadro de transferências de equipamentos para freguesias? Já percebi que há aqui intenção de a Câmara transferir alguns equipamentos mas continuar a mandar neles de alguma forma, saberão como, mas é uma pergunta que permanece sem resposta.

Há para além disso alguns equívocos que conviria aqui esclarecer, designadamente em relação à intervenção feita pelo Sr. Presidente de Câmara na última reunião, à última intervenção feita pelo Sr. Presidente de Câmara.

Disse o Sr. Presidente de Câmara que nas reuniões com os presidentes das juntas de freguesia nenhum recusou qualquer competência ou equipamento. Pelo contrário, solicitaram mais, mais este ou aquele espaço-verde mais este ou aquele equipamento. Ora tal, pelo que sabemos, não corresponde à verdade.

Para começar a penas uma reunião houve com os presidentes de Junta de freguesia para repetir os detalhes das transferências. Nessa reunião não foram entregues documentos concretos com números de trabalhadores e equipamentos. Mas logo nessa reunião, pelo menos nalguns casos temos conhecimento, foi manifestada discordância com áreas e equipamentos a transferir. Por exemplo, no caso de Carnide foram avançadas questões concretas sobre os pavimentos degradados da antiga zona do Bairro Padre Cruz, espaço verdes geridos pelos bairros municipais, complexo desportivo do bairro Padre Cruz, biblioteca municipal Natália Correia, questões que não

foram acolhidas na proposta. para além de que, até hoje mesmo depois dessas reuniões, a Câmara Municipal não apresentou um quadro ainda com o número de trabalhadores, categorias, funções, remunerações, etc., que se propõe transferir para as juntas de freguesia. Não é por isso correcta a afirmação de que nenhum presidente recusou qualquer competência ou equipamento e que, bem pelo contrário, terão até solicitado mais este ou aquele.

Foi também referida que esta proposta de transferência de competências se baseia em propostas há muito defendidas pela ANAFRE. tive ocasião aqui de manifestar as maiores dúvidas sobre isso no que diz respeito ao caso concreto, por exemplo, das bibliotecas municipais ou do pessoal não docente dos Jardins de infância. Que salvo melhor informação, de que não disponho que pedi ao Sr. Presidente da Câmara, nunca a ANAFRE defendeu a transferência de bibliotecas municipais ou de pessoal não docente dos jardins infância.

Mas há observações e posições, que a ANAFRE ao longo do tempo foi tomando sobre este processo, que têm sim a maior relevância. Nomeadamente, a ANAFRE no parecer que faz sobre a Lei 56/2012 dizer que tem dúvidas sobre a constitucionalidade da própria lei; princípios como a universalidade, a abstraticidade da lei; de dizer que o conceito de limpezas é muito abrangente e está insuficientemente definido; manifestar preocupações quanto, já aqui expressas, quanto à possibilidade de transferência de equipamentos e de pavimentos num estado degradado; relativamente à efetivação da transição de pessoal a ANAFRE defender que uma consulta às freguesias não chega, que se deve garantir a celebração de acordo prévio. Enfim, para além de assinalar que são descoradas as garantias necessárias em termos de transferências financeiras no futuro para a arcar com as competências agora transferidas.

Portanto, o Sr. Presidente como sabe o PCP está representado em minoria na ANAFRE, portanto, são posições, visto que foi o Sr. Presidente de Câmara que trouxe para aqui para discussão as posições da ANAFRE, são posições da ANAFRE a respeito deste processo que sublinham e reforçam muitas das dúvidas e objecções que aqui colocámos.

Relativamente às bibliotecas, não queria deixar de acrescentar o seguinte:

Foi já referido o programa estratégico biblioteca 21. Um programa aprovado em Maio de 2012, portanto numa altura em que todo este processo tinha já iniciado. Apesar disso, programa estratégico que de alguma forma nos compromete, compromete aqueles que o aprovaram por um período longo, não faz referencia absolutamente nenhuma à transferência de bibliotecas para as

juntas de freguesia. Mas reforça a importância do conceito operativo da rede como um dos princípios centrais em que esse programa estratégico assenta.

Defende a importância da articulação e cooperação entre todas as bibliotecas integrantes da rede, a complementaridade, a partilha de recursos e de serviços, a gestão coordenada e centralizada que corporizam o funcionamento em rede; defende uma rede planeada invertendo uma logica casuística seguindo perante os nacionais internacionais; defende uma rede com um desenvolvimento e implementação subordinados a uma visão de conjunto e aos recursos disponíveis e à evolução da população da cidade; defende uma logica de gestão centralizada, indispensável para assegurar a incoerência do funcionamento em rede.

Enfim, são posições deste documento estratégico que a única forma de as assegurar a efectiva implementação destes princípios é, evidentemente, a Câmara mantendo a rede de bibliotecas sob a sua competência incluindo os vários tipos de bibliotecas que são os dois tipos concretamente as bibliotecas Ancora e as outras que possam ser mantidas na responsabilidade do município. Portanto, não podemos pretender transferir os equipamentos e continuar a determinar aspetos chave do seu funcionamento ou, pelo menos, aqueles aspectos que são imprescindíveis para assegurar esta coerência, esta gestão em rede que aqui é defendida, e bem, no programa estratégico e biblioteca 21. Ou seja, o programa é posto em causa pouco tempo depois da sua aprovação, é posto em causa por estas propostas que nos foram apresentadas.

Relativamente ainda à questão da transferência dos trabalhadores. Não estão assegurados, como ficou claro da discussão que aqui tivemos na quarta-feira, como fica claro, sublinho, das posições tornadas publicas já por presidentes de junta, nomeadamente quando dizem que nenhum dos trabalhadores que vai passara agora será insubstituível e que o mercado se encarregará de resolver os problemas que resultem das juntas receberem esses trabalhadores. Portanto, dando claramente a entender que a intenção de prescindir de alguns deles no futuro próximo. Parece-nos imprescindível, e apresentamos uma proposta de alteração nesse sentido relativamente à proposta 916, que sejam introduzidas nessa proposta 916 todas as alterações necessárias para assegurar um principio para nós fundamental. O de que nenhum trabalhar do município deve poder ser transferido contra a sua vontade, assegurando que todos os trabalhadores transferidos vão num regime voluntário e utilizando o regime da mobilidade. Também em função tudo aquilo que referi quer na reunião de quarta-feira quer já hoje a respeito da intenção de, nomeadamente,

daqui por um ano fazer uma avaliação das transferências agora a concretizar. Tendo em conta também todas as perguntas que permanecem sem resposta e todas as outras questões que aqui coloquei apresentamos, em relação à proposta 915/2013, um conjunto de propostas de alteração que procuram acolher estas preocupações e responder da melhor forma possível às perguntas ainda sem resposta, que pedia quer as propostas que temos de alteração à proposta 915, quer a proposta de alteração á proposta 916 pedia que fossem distribuídas. Sendo que, evidentemente, isto não põe em causa a nossa discordância de fundo de princípio relativamente a todo o processo, e relativamente à forma como está a ser concretizada. Muito embora essa posição de princípio e essa discordância que se mantém, não nos limite na melhor salvaguarda de questões que estão aqui em aberto e que permanecem sem resposta ou na correcção do que são pontos graves, quer da proposta 915 quer da proposta 916, no nosso entendimento. Disse!

O Sr. Presidente: - Muito obrigado. Sr. Vereador, pedia então que fossem distribuídas as propostas para poderem ser apreciadas, bem eu acho que é melhor interromper a reunião, se há propostas para apreciar.

Sr. Vereador Duarte Cordeiro.

O Sr. Vereador Duarte Cordeiro: - Só queria fazer uma primeira referência em relação à Proposta.

Há aqui um aspecto que não está na Proposta que foi distribuída da parte da Câmara, que diz respeito ao Mercado do Rato, que se deve introduzir uma frase na fundamentação que tem processo de concessão, à semelhança do Mercado de Campo de Ourique, e este é um aspecto a acrescentar, digamos assim, à nossa Proposta.

O Sr. Presidente: - Sr.^a Vereadora Paula Marques.

A Sr.^a Vereadora Paula Marques: - Bom dia Sr. Presidente, bom dia caros e caras Vereadoras, bom dia Público presente.

Em relação à Lei 56, a Lei na minha opinião vem introduzir aquilo que eu acho que francamente é uma melhoria, naquilo que pode ser a relação entre e a prestação de serviços e determinadas missões entre Municípios e Autarquias Locais, nomeadamente a relação de proximidade com as Juntas de Freguesia, e eu estou convicta de que há um conjunto considerável de missões e de

prestação de apoio e de serviço à População, que é muito melhor e muito mais efectivamente feita através das Juntas de Freguesia.

Aliás, a Câmara Municipal de Lisboa tem em diversas áreas, exemplos positivos de transferência de competências em determinadas áreas, em que a efectivação foi de facto, resultou de facto numa melhoria de relação e das condições de vida da População e da fruição de equipamentos e de espaços.

Estou convicta de que as Juntas de Freguesia têm toda a capacidade para fazer programação, programação adequada e programação com qualidade na Área da Cultura ou na Área do Desporto, não tenho qualquer dúvida disso, acho de facto que a Lei 56 e que está em vigor, precisamos nós agora de encontrar forma de melhor acautelar, que é a efectivação e a concretização desta Lei seja feita.

Não tenho duvida nenhuma também, de que não é mais prestigiante ser Funcionário de uma Câmara Municipal do que ser Funcionário de uma Junta de Freguesia, considero que a Proposta 917 acautela na sua grande parte os Direitos dos Trabalhadores, acho que seria importante, de facto, que a transferência de Recursos Humanos para as Juntas de Freguesia, fosse feita na maior escala possível em regime de voluntariado.

Que se conseguisse de facto adequar uma coisa que para nós é fundamental, é que se conseguisse adequar a territorialização da passagem destes Recursos Humanos, destes Trabalhadores, uma vez que muitas vezes a proximidade dos Trabalhadores que passam para um determinado território é também benéfico para a prestação do seu serviço, bem como para o território ou a Junta de Freguesia que os recebe.

Em relação, muito em específico em relação à questão da Habitação. Nós temos, no passado, experiências muito positivas de articulação com as Juntas de Freguesia, é nossa intenção manter essa articulação, no que se refere às intervenções e no que se refere também à definição de critérios e de políticas de habitação nos territórios.

Sendo que nós consideramos que a política de Habitação e a Gestão de Habitação é uma matéria estruturante, e por isso deve ficar na Câmara Municipal, mas que em articulação com as Juntas de Freguesia, podemos de facto prestar um melhor serviço à População. Obrigada.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado. Bom, eu sugeria que fizéssemos uma interrupção dos trabalhos, para dar tempo para serem fotocopiadas as Propostas do PCP e poderem ser vistas. Sr. Vereador Sá Fernandes.

O Sr. Vereador Sá Fernandes: - Ainda antes dessa matéria, só em relação a esta Alteração da Proposta.

Eu confesso que fiquei triste, com a retirada do Jardim Vasco da Gama como o Jardim Estruturante, eu acho que não devia ter sido retirado, mas enfim, são as contingências da vida política, porque se nós formos ver bem temos 2 jardins, a Praça do Império, que tem o monumento.

Temos o Jardim Afonso Albuquerque e estamos a tirar o meio, o que era muito mais fácil era tratar tudo em conjunto e portanto fico com pena disso, mas enfim, é a vida, mas não queria deixar de fazer este reparo, porque acho que de facto é estruturante, é um enquadramento de um monumento único no Mundo, e portanto tenho essa, faço essa ressalva.

Por outro lado quero reafirmar ainda, como foi feito na última reunião, que é absolutamente essencial, que quer nos jardins históricos, quer nas árvores de alinhamento, que haja regras precisas em relação a essa matéria, que a Câmara terá que trabalhar também nesse sentido, para que não haja problemas nessa área, porque tem as suas especificidades, e portanto é bom que haja regulamentação ou normas em relação à ocupação dos Jardins Históricos e também algum planeamento, aliás no seguimento do que o Vereador Manuel Salgado já disse na última reunião, quer de espécies, quer de tratamentos fitossanitários e coisas afins, e portanto acho bem o que está aqui na Proposta, mas é bom termos estas precauções, e não queria deixar de dizer isto.

Por último, já também conversado quer com o Sr. Presidente, quer com o Vereador Fernando Medina, é absolutamente essencial que as verbas que estão previstas no Orçamento para o Tratamento dos Espaços Verdes, que ficam considerados estruturantes, está prevista e portanto continue prevista para que estes jardins estruturantes, são estruturantes por alguma razão, fiquem de facto com a manutenção devia e querida por todos.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador João Afonso.

O Sr. Vereador João Afonso: - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, caros munícipes.

Primeiro saudar as alterações introduzidas que creio que vem melhorar ambas as propostas, e salvaguardar algumas das questões que eu levantei, não todas, obviamente, que oportunamente referirei, especialmente saudar as introduções referentes á questão dos mercados e os esclarecimentos relativamente à rede de bibliotecas publicas, porque elas passando para as

juntas de freguesia continuam a ser publicas, creio que está assegurado os bons préstimos à população, segundo os mercados, o empenho do município em continuar a fazer uma política estruturada para a política de mercados.

Esta questão do jardim de Vasco da Gama, também me parece bastante curiosa e contraditória com o que se propõe, na verdade, porque temos um conjunto verde que vai do Centro Cultural de belém ao novo Museu dos Coches, esse jardim Vasco da Gama é o jardim que está em frente ao Palácio do Presidente da Republica. Não é esse? Está bem, então pronto.

O Sr. Presidente: - Muito bem, vamos interromper a reunião, mas antes de interromper já agora eu aproveito para dar aqui ao Sr. Vereador João Ferreira o documento, tendo em conta as questões que tem colocadas sobre as posições da ANAFRE, visto como sabe em todos os congressos da ANAFRE, sistematicamente, tem vindo a ser adotado um ponto nas conclusões muito importante, que é o ponto de que é necessário clarificar as competências das juntas de freguesia e transformar as competências delegadas em competências próprias. Isto consta quer dos documentos das conclusões, quer dos discursos dos Presidentes da ANAFRE, sistematicamente em todos os congressos.

E a ANAFRE elaborou mesmo um quadro sobre o conjunto das competências que nuns casos são próprias nos termos da lei, noutros casos estão delegadas por protocolo entre a ANAFRE e a Associação Nacional de Municípios, e outras que não estando delegadas, a ANAFRE reivindica como devendo ser competências próprias.

Creio que sabe que eu já estive, como Membro do Governo, na tutela das Autarquias Locais, participei em muitas negociações, quer com a ANAFRE, quer com a Associação Nacional de Municípios, em matéria de descentralização, e posso-lhe deixar aqui o quadro do que é que eram as reivindicações da ANAFRE, que infelizmente por oposição da Associação Nacional de Municípios, não puderam avançar.

Entre essas Competências, estão aqui na coluna Competências Delegadas ou Protocoladas, nuns sítios, noutros não, quer dizer, eles listaram no País Competências que estavam Delegadas ou não, consoante os sítios, e que entendiam que deviam passar a ser Competências Próprias; logo a primeira, é a Manutenção dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo, do Ensino Básico, do respectivo equipamento e material didático, bem como dos espaços envolventes; e na coluna das Outras, entre os vários

equipamentos, diz: Gestão e Conservação e Reparação de Equipamentos propriedade do Município, Centros de Apoio à 3.ª Idade e Bibliotecas.

Depois pode ver, há várias outras, tem aqui muitas Competências, mas portanto, para ver que não obstante o facto do Representante da Cidade de Lisboa na Direcção da ANAFRE, no anterior Mandato, ter imposto que a ANAFRE desse um Parece negativo à nossa Reforma, poderá verificar pela sustância das coisas, que a ANAFRE, como aliás costuma ser comum aos autarcas e até comum ao Partido Comunista Português, são defensores da descentralização e do reforço do Poder Local Democrático, o Lema da ANAFRE é mesmo "Mais Competências, melhor Poder Local", portanto eu deixo-lhe aqui, aproveitando o intervalo, enquanto esperamos pelas suas Propostas, pode distribuir por toda a gente, já agora, obrigado.

(Interrupção da reunião)

O Sr. Presidente: - Sras. e Srs. Vereadores, creio que estamos em condições de retomar os trabalhos...muito bem, creio que todos tivemos oportunidade de apreciar as propostas.

Sra. Vereadora Graça Fonseca, tem a palavra.

A Sra. Vereadora Graça Fonseca: - Obrigada Sr. Presidente, bom especificamente quanto às alterações à proposta 915, que o PCP apresentou hoje de manhã, primeiro, lamentar que não tenha apresentado na reunião de quarta-feira, mas na verdade o que está aqui proposto foi o que foi proposto na quarta-feira que é basicamente tudo na mesma, portanto isto é na prática, consubstancia a utilização da cláusula que a Lei permite, que é a Câmara excepcionar equipamentos, espaços e missões estruturantes, e utilizar essa cláusula fazendo tábuas rasas daquilo que é a Lei, daquilo que é aquilo que está elencado nas atribuições e competências a transferir para as juntas de freguesia.

E portanto eu considero, parece-me que esta proposta não tem condições de ser aceite, porque consubstanciaria uma violação clara daquilo que foi aqui, aliás deliberado pela Câmara Municipal, deliberado pela Assembleia Municipal, deliberado pela Assembleia da República, e que está hoje em dia consubstanciado na Lei 56/2012.

Por outro lado já, Sr. Presidente aproveito para também 2 ou 3 esclarecimentos que o PCP insiste em dizer que não tem respostas, e insiste em trazer para aqui para a reunião conteúdos de reuniões que houve com Presidentes de

junta de freguesia que eu nunca trouxe, porque entendo que essas reuniões são reuniões que existiram entre a Câmara e os Presidentes de junta de freguesia, e que decorreram aliás, naquilo que foi o espírito em todas elas, e acréscimo em todas elas, e nas 24 foi o espírito de grande colaboração, e de grande diálogo.

No que diz respeito às questões que colocou, talvez não tenha lido corretamente a Lei, e talvez haja aí um problema de fato na interpretação que faz da Lei.

Em momento algum na Lei se diz que as juntas de freguesia vão assegurar tudo o que é reconstrução de pavimentos pedonais ou outros da Câmara, ou da cidade, aquilo que a Lei diz é manter e conservar pavimentos pedonais.

E os Srs. Presidentes de junta sabem todos, ao longo deste tempo que dialogámos, e mais, e ao longo daquilo que foram os últimos 5 anos de construção desta proposta, desta reforma, o que estamos a falar sempre é do recalçamento em situações pontuais, não é, evidentemente a reconstrução de zonas que estão intervencionadas pela Câmara, em projetos de regeneração urbana ou outra, e é isso que está sempre, e sempre esteve em discussão com todos os Presidentes de junta que são aliás, que têm aliás bastante conhecimento disso.

Mais, ao longo deste tempo todo eu também sempre fui dizendo, e foi, aliás, matéria também discutida com todos os Presidentes de junta nas 24 reuniões, que após a aprovação destas deliberações haverá novas reuniões bilaterais com todos os Presidentes das juntas de freguesia para todas as questões que o Sr. Vereador aqui coloca tão insistentemente como não havendo respostas, nomeadamente todas as questões técnicas têm que ser asseguradas entre a Câmara e as freguesias, precisamente para definição deste tipo de conceitos e para clarificação de quais são, aquilo que é as zonas de intervenção e não são zonas de intervenção.

De qualquer maneira isso é obvio que são questões que não têm que ficar, nem devem ficar retidas nesta deliberação, mas que foram sempre, sempre, insisto, com todos os Presidentes de junta, feitas em todas as reuniões, e mais, e nas reuniões que o Sr. Vereador aqui cita tão abundantemente, também não deixo de realçar, eu não quero entrar no disse que disse, nem quem disse o que disse, mas eu realço e mantenho aquilo que o Sr. Presidente disse na quarta-feira, não houve em nenhuma reunião, não houve em nenhuma reunião uma rejeição de competências e mais, houve aliás, até em todas as reuniões, o pedido ou a solicitação de equipamentos que estavam definidos anteriormente como estruturantes, e que hoje em dia não estão definidos como estruturantes,

é o caso, aliás, da freguesia que citou, e eu não quero adiantar Sr. Presidente, porque acho que não é este fórum de relatar conteúdos de conversas, ou de seja o que for, mas mantenho aquilo que disse, e reafirmo que aquilo que o Sr. Presidente disse é correto; e corresponde à verdade.
Muito obrigada Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Obrigado Sra. Vereadora, Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Vice-Presidente: - Muito obrigado, a construção da proposta relativa à transição do pessoal é de fato, foi de fato um exercício delicado, exigente, porque se trata de uma área de grande sensibilidade, trata-se da vida dos trabalhadores, das suas condições de trabalho, trata-se da eficácia do funcionamento da cidade e foi neste espírito e foi com estes dois objetivos que a proposta é construída, por um lado assegurar a eficácia do funcionamento da cidade e a possibilidade da sua melhoria ao longo do tempo em virtude do processo de descentralização, mas em segundo lugar encontrar o quadro que assegurasse a maior estabilidade do ponto de vista dos direitos e da vida futura dos trabalhadores e também assim do quadro do exercício do seu trabalho e da sua ação quotidiana, da sua vida quotidiana, causar a menor perturbação possível e é neste sentido que a proposta é construída e nós equacionámos todas as hipóteses e todas as possibilidades do ponto de vista jurídico e testámos à exaustão cada uma delas no sentido de ver qual delas salvaguardaria melhor estes dois interesses, a eficácia do serviço público e não haver roturas no serviço público prestado, não haver, e como é que assegurávamos esta transição mais eficaz, mas em segundo lugar qual é a solução que melhor salvaguardaria os interesses dos trabalhadores e não só os interesses e os direitos mas também algo talvez que podemos integrar nesta categoria lata, que é a menor perturbação possível na vida dos trabalhadores face àquilo que é o seu trabalho de hoje corrente e quotidiano.

E foi assim que desenvolvemos a proposta nos termos em que foi apresentada e nos termos que a conhecemos, e porque é que a proposta que o Vereador João Ferreira apresenta é uma má proposta?

Em primeiro lugar é uma proposta que não pode ser aceite porque viola a lei, viola a lei e viola o que é o princípio da transferência de competências da nova repartição de competências, que julgo que talvez é a formulação mais feliz, que é dos recursos necessários ao bom desempenho do serviço público acompanharem a nova repartição do serviço público e por isso é a lei que determina que com a nova repartição de competências está associada a

transferência dos recursos para a entidade que agora passará a ter essas funções e repito entidade pública, mas em segundo lugar a proposta que é feita de que os trabalhadores se deveriam manter na Câmara e passarem só em regime de voluntariado e ao abrigo do regime da mobilidade é uma proposta que pode servir um propósito político, que é o propósito político, sejamos todos claros, de obstaculizar a reforma e de impedir que ela se concretize, pode ter interesse desse ponto de vista, mas é uma solução altamente negativa da salvaguarda dos direitos dos trabalhadores altamente negativa e eu passo a explicar porquê, porque a verdade é que as competências já são hoje das juntas, já estão nas juntas de freguesia e se as juntas de freguesia têm hoje as competências mas não tiverem os recursos humanos para desempenhar essas competências o que é que as juntas vão fazer? Muito provavelmente vão recorrer ao *outsourcing*, até porque as juntas não terão a capacidade sequer para dotar de quadros próprios para a realização dessas competências.

E em simultâneo qual é o problema que se gera? O problema que se gera é que ficam no quadro da Câmara, podem ficar no quadro da Câmara um número muito significativo de trabalhadores que não têm funções atribuídas porque essas funções transitaram para as juntas de freguesia e ao qual se deverá ao abrigo da lei aplicar o regime da mobilidade especial e esta é a consequência direta da proposta que o Vereador João Ferreira faz, que aparentemente parece se destina a agradar ou parecer defensora dos direitos dos trabalhadores, mas de facto só tem uma utilidade política, de combate político para obstaculizar a reforma porque ela é mais negativa à salvaguarda dos direitos dos trabalhadores, isto foi algo que foi ponderado à exaustão durante largos meses pela equipa dos recursos humanos, pela equipa da Vereação da Câmara, dos diálogos que fomos tendo com os especialistas do ponto de vista de direito do trabalho e com as próprias estruturas sindicais e ao não assegurarmos se os recursos humanos não acompanhassem as funções nós fragilizaríamos o vínculo, fragilizaríamos o serviço público, daríamos sim um grande contributo àquilo que o Vereador João Ferreira diz querer combater, que é no fundo a privatização do serviço e o *outsourcing* em funções nucleares, que era o que aconteceria inevitavelmente para o desempenho dessas funções e colocaria a Câmara numa necessidade de utilização de um regime de mobilidade especial visto não ter funções afetas a uma parte significativa dos quadros.

E é por isto que nós insistimos e defendemos que não vale a pena sobre esta matéria querer criar sobre este ponto querer criar um ponto de combate e de arremesso político relativamente à não salvaguarda dos direitos dos

trabalhadores. A proposta que o município apresenta é a proposta de forma mais sólida, e após larguíssimos meses de consulta de trabalhos e de esforço, assegura na íntegra os direitos dos trabalhadores, porque assegura o princípio fundamental. Hoje são trabalhadores da Administração Pública Portuguesa, amanhã serão trabalhadores da Administração Pública Portuguesa. Hoje são trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, amanhã serão trabalhadores de uma autarquia local dentro da cidade de Lisboa mantendo todos integralmente os mesmos direitos, as mesmas condições e assegurando as mais amplas garantias. É esta a base da solução que construímos, é esta a base da solução que estamos a implementar e mantemos sempre disponíveis para a melhorar dentro dos objectivos, mas não queremos que de forma alguma a proposta do PCP vá nesse sentido. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado Sr. Vice-Presidente.

Sr. Vereador João Ferreira, desculpe, Sr. Vereador Duarte Cordeiro.

O Sr. Vereador Duarte Cordeiro: - Já agora, assim reage a todas as intervenções Sr. Vereador João Ferreira. Referir e acrescentar em relação ao que os meus colegas vereadores já referiram, uma palavra de extraordinária confiança ao serviço público prestado pelas freguesias da cidade de Lisboa e em particular para as actuais freguesias da cidade de Lisboa. Referir que pensávamos que era esse o espírito que também presidia ao Partido Comunista Português e ficamos bastante surpreendidos com a argumentação utilizada nas duas reuniões de Câmara. Em que demonstra uma desconfiança na capacidade que estas instituições públicas e democraticamente eleitas têm para passar a exercer como competências próprias competências que lhes eram delegadas. E portanto, em muitos aspectos delegadas noutras juntas de freguesia do país como referiu e muito bem, e eu volto a reinsistir no argumento que disse que achava que era um argumento incorreto. Não é. O Sr. Presidente acabou de referir, é um princípio elementar, uma competência delegada pode ser exercida como uma competência própria. Em Lisboa uma competência delegada a uma junta de freguesia, ou uma competência delegada em qualquer junta de freguesia deste país pode ser exercida como uma competência própria na cidade de Lisboa.

Portanto, este é um princípio de confiança das instituições públicas e nas freguesias. E lamentamos que tenha, e nas duas reuniões que tenha, e ainda para mais citado exemplos para suscitar algum tipo de desconfiança ou divisão.

Devo-lhe dizer que acho que a postura que temos que ter como Câmara, individualmente como vereadores, é pelo contrário fomentar o maior consenso e acordo entre todas as freguesias para que seja respeitada integralmente todos os direitos de todos os trabalhadores. E serão. Portanto, e nesse aspecto dizer-lhe que esta é uma reforma que carecerá da parte de todos, obviamente, duma monitorização. E esperemos sinceramente que o contributo do Partido Comunista Português daqui para a frente seja duma correcta preservação e estabilidade dum processo que é complicado, e não duma eventual agitação em torno duma problemática transferência das competências para as freguesias. Isto é válido para qualquer freguesia na cidade de Lisboa.

Dizer-lhe ainda que pode estar descansado em relação à salvaguarda dos princípios de todas as freguesias, eventualmente, nomeadamente em concreto, na cidade de Lisboa pelo PC. Mas isso não significa que eventualmente no exemplo que citou não tenha existido da parte da freguesia em concreto um enorme clima construtivo na implementação de algo que lhe pode ser obviamente inevitável. E nesse sentido solicitar inclusivamente competências que à partida lhe estavam inicialmente projectadas. E por isso dizer que da parte, nomeadamente, das áreas em concreto que tutelarei, no que diz respeito a esta transferência, que serão sempre salvaguardados o princípio da estabilidade, do posto de trabalho, do horário, do actual funcionamento e inclusivamente todos os direitos que estão salvaguardados. Para o tranquilizar em relação a essa matéria.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador João Ferreira. Sr. Vereador José Sá Fernandes.

O Sr. Vereador José Sá Fernandes: - Sr. Presidente Muito obrigado. Eu só queria fazer uma pergunta ao Vereador João Ferreira. É que explique como que salvaguarda os direitos dos trabalhadores, uma vez que a competência está na Junta de freguesia, se ficarem na Câmara e não forem para a junta de freguesia. Como é que salvaguarda os direitos dos trabalhadores face ao que existe na lei, não é aquilo que ... porque nós já não estamos a discutir a transferência de competências; nós já não estamos a discutir esses aspectos na própria higiene urbana na limpeza e varredura passar para as freguesias, já passamos essa discussão. Agora temos uma lei da Assembleia da Republica que diz que as competências passa para as juntas de freguesia. Eu quero que me explique como é que salvaguarda os direitos dos trabalhadores caso eles não sejam transferidos, os da limpeza e da higiene urbana. e gostava que me

explicasse como é que salvaguarda os direitos dos trabalhadores nesse caso. É que esse é que é o ponto essencial da discussão que está aqui em cima da mesa.

O Sr. Presidente: - Obrigado Sr. Vereador.
Sr. Vereador João Ferreira.

O Sr. Vereador João Ferreira: - Obrigado Sr. Presidente.

A interpretação aqui feita de que as propostas que apresentamos mantêm tudo na mesma não resiste a uma leitura objectiva dessas mesmas propostas que vejo não ter sido feita. Se ela tivesse sido feita constataríamos com facilidade que não se está a propor considerar estruturante tudo o que passam a ser competências próprias das juntas de freguesia. Portanto, ao contrário do que disse a Sr.^a Vereadora Graça Fonseca, não, esta proposta não mantém tudo na mesma. Esta proposta foi, aliás, feita com o espírito construtivo que o Sr. Vereador Duarte Cordeiro aqui refere, que os eleitos do PCP têm, e têm de facto em todos os fóruns onde intervêm. Tendo uma discordância de princípio conhecida face a este processo, não abdicamos de intervir no sentido de minorar tudo aquilo que consideramos poderem ser consequências negativas, nalguns casos profundamente negativas para a cidade e para a sua população. E, no fundo, tentar na medida do possível limitar estragos, e salvaguardar um ou outro aspecto que nos parece essencial mantendo, embora, uma discordância de fundo relativamente ao processo.

Se virem a proposta, verão que há competências que se propõem passem a ser competências próprias das freguesias que são hoje competências delegadas e que não estão aqui na nossa proposta. portanto, a interpretação aqui feita pela Vereadora Graça Fonseca não resiste a essa leitura atenta e objectiva da proposta.

A nossa proposta, num certo sentido, até vai mais ao encontro, Sr. Presidente, do que são as recomendações da ANAFRE. Porque de facto aceitamos o que são hoje competências delegadas ou protocoladas possam passar a ser competências próprias.

O Sr. Presidente distribui-me aqui, ou distribuiu-nos um documento, ou um quadro melhor dizendo que, imagino seja, não tem nenhuma referencia que o situe que o enquadre, inclusivamente creio que nem data tem, mas presume que não me parece tratar-se duma resolução da ANAFRE. Parece-me ser um documento de trabalho onde, de facto, se liste aqui um conjunto de competências próprias das freguesias actuais, de competências delegadas ou

protocoladas e outras. E é de facto neste outras que aparece as questões que referiu, sendo que a proposta temos genéricos enunciados pela ANAFRE, assim constante de algumas resoluções. É que as competências proto delegadas ou protocoladas possam a passar constituir competências próprias.

Vi que tem uma confiança sem limites na capacidade dos eleitos da CDU. Deixe-me todavia dizer-lhe, por muito grande que seja essa capacidade convenhamos que seria difícil um único eleito impor uma direcção de 21 membros, uma posição qualquer que ela fosse. Para além de que, deixe-me dizer-lhe também que o eleito que referiu não é o único representante de Lisboa. Havendo também, há 4 dos 21 da direcção, e há também representantes quer do PSD quer do PS. Portanto, vi e registo essa confiança ilimitada nas capacidades dos eleitos da CDU, mas infelizmente mesmo essa tem limites, de facto, bem concretos que neste caso são traduzidos nesta evidencia que é, Sr. presidente, são 4 membros numa direcção de 21.

As duas propostas que apresentamos têm de ser vistas evidentemente em conjunto. Se nós propomos que um conjunto de missões sejam consideradas as missões estruturantes. O que é perfeitamente enquadrável na lei que temos, e contra a qual nos fomos, é um facto, mas é perfeitamente enquadrável esta proposta na lei que temos. Naturalmente essas missões para serem cabalmente desempenhadas precisam de trabalhadores e, portanto, a questão que aqui é colocada pelo Sr. Vereador Fernando Medina ou pelo Sr. Vereador José Sá Fernandes, não têm também qualquer sentido. Registo, aliás, como o Sr. Vereador Fernando Medina começa a ser um hábito na apreciação às propostas eu o PCP aqui apresenta, utilizar como primeiro argumento que elas violam a lei. assim foi com a recomendação qua aqui apresentamos na ultima sessão publica de Câmara, e que muito incomodo lhe causou a si e à maioria, e apesar disso foi votada, mas vejo que agora usa o mesmo argumento. Não, não viola. A proposta 916/2013 também é evidente que não viola a lei, quer seja pela razão que lhe disse e que responde também aos problemas que aqui colocou, quer o Sr. Vereador quer o Sr. Vereador José Sá Fernandes. Ou seja, sublinho o facto de existirem missões de caracter estruturante que são consideradas na nossa proposta e que não são na actual, exige naturalmente que se mantenham recursos humanos para o desempenho dessas tarefas na Câmara Municipal.

Registo ainda assim a pouca confiança que tem no convencimento dos trabalhadores, da bondade desta proposta. porque quando me diz que a aplicação dum principio que nos parece inteiramente justo e necessário, de maneira nenhuma vai contra a lei de que nenhum trabalhador possam ser

transferido contra a sua vontade. Quando me diz que a aplicação pratica deste principio era o que muitos, que uma parte significativa, foi a expressão que utilizou, iam continuar na Câmara Municipal. registo a falta de confiança que tem relativamente à bondade da sua proposta. porque, de facto, as maioria esmagadora dos 1.800 trabalhadores que quer transferir a irem irão contrariados. Recordo-lhe, aliás, o que têm dito as estruturas representativas dos trabalhadores a este respeito, que têm até greves marcadas para bem próximo precisamente por causa disso.

E portanto, aqui esta nossa proposta de garantir este principio de que nenhum trabalhador possa ir contrariado. Que deve ser vista, sublinho, em articulação com a proposta anterior que alarga o leque das missões estruturantes de interesse geral sem contrariar que temos, e sem deixar tudo na mesma. Ao contrário do que disse a Sr.^a Vereadora Graça Fonseca. Se virmos isto em conjunto, as duas propostas são perfeitamente exequíveis e susceptíveis de poderem ser implementadas.

Também por isto, ou seja, também por não deixar tudo na mesma é que não tem qualquer fundamento a existência que aqui é feita numa suposta desconfiança do PCP relativamente às freguesias. Aí o PCP, nem me vou alongar, o PCP tem um histórico de intervenção e um estudo presente que fala por si na defesa do poder local democrático das freguesias. e é precisamente esses princípios de defesa do poder local democrático que estão na origem das objecções, das maiores objecções que temos relativamente, quer à reforma administrativa da cidade de Lisboa quer às propostas que temos aqui perante nós 915 e 916.

Pelos motivos que me dispensarei de repetir, penso que eles ficaram já claros, sobre o que podem ser as consequências da aplicação disso. Agora isto não põe absolutamente em nada em causa a defesa que temos do poder local democrático das freguesias e da importância do papel das freguesias.

Sr. Presidente, a proposta que fazia, e até com o intuito sobretudo clarificador quer do debate quer das posições aqui assumidas pelas diferentes forças políticas. É que as propostas que apresentámos possam ser votadas ponto por ponto designadamente na proposta 915 possamos votar separadamente o ponto 1, o ponto 2.1, o ponto 2.2, o ponto 2.3, o ponto 2.4, ponto 2.5, 2.6 e 2.7. E que possamos votar depois os dois pontos da proposta 916, onde se propõe o inicio do processo de auscultação dos Trabalhadores, para saber se existem voluntários, e caso existam para que Freguesias.

E Ponto nº. 2, que se promovam as alterações necessárias à Proposta 916/2013, para garantir que os Trabalhadores mantenham o Vinculo ao

Município de Lisboa, sendo transferidos para as Juntas de Freguesia apenas voluntariamente e em regime de mobilidade, portanto era a Proposta que aqui deixava.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr. Vereador. Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Muito obrigado, Sr. Presidente. Antes de mais, referir-me a algo que foi dito aqui pela Sr.^a Vereadora Graça Fonseca, que disse e bem, que nas reuniões tidas entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, havia uma série de informações, mas lembrar-lhe que não pode confundir a Câmara Municipal, nem com a Maioria, nem com os Vereadores com Pelouros.

E portanto dessas reuniões, tendo de facto havido uma troca de informações, teria que ser informada esta Câmara Municipal, porque os Vereadores da Oposição não tendo Pelouros, são dignamente com deveres e direitos, iguais aos Vereadores da Maioria, e portanto era essa informação que carecia ter vindo aqui a esta Câmara, para que fosse analisada, discutida e debatida com toda a Câmara, como de facto a Câmara é, e não os Vereadores da Maioria, para que pudéssemos nós ter as informações e para que as pudéssemos debater, e ter conhecimento daquilo que foi de facto o fruto dessas reuniões.

Continuando, Sr. Presidente, na Proposta que aparece com as Alterações, é dito aqui que as Bibliotecas consideradas não estruturantes, continuariam contudo para efeito de Políticas de Catalogação, de Gestão Bibliográfica, de Empréstimos entre Bibliotecas, enfim sobre o Programa Estratégico Biblioteca 21.

Acontece, Sr. Presidente, que gerir uma Biblioteca nestas condições, com 2 orientações diversas, uma da Junta para umas coisas, e outra da Câmara para outras, não é obviamente exequível para o bom funcionamento da mesma, para o funcionamento orgânico da mesma.

E portanto, aqui somos forçados a concluir que aquilo que se pretende é que a Câmara liberte o ónus da gestão de determinadas Bibliotecas, mantendo contudo o controlo das mesmas, e tornando de facto as Freguesias como se se tratassem de Departamentos das Câmaras Municipais.

Ora não é essa a visão que temos das Juntas de Freguesia, e por maioria de razão, porque entendemos que as Freguesias são órgãos próprios, e portanto não podem estar sujeitos...

Sr. Vereador Duarte Cordeiro, se quiser manter o diálogo, com certeza poderei ter a palavra numa outra altura, mas de facto é profundamente perturbador

para quem intervêm, estar a ouvir um diálogo que se processa ao mesmo tempo.

Tal como dizia, são órgãos próprios, e portanto não sendo Departamentos da Câmara Municipal, não devem estar sujeitos às orientações das mesmas, tal como aqui se pretende, e é por isso que o PCP, que tem uma visão das Juntas de Freguesia com as suas possibilidades de intervenção muito próprias e claras, é a favor de uma descentralização, mas não disto, que não é de facto uma descentralização, é apenas uma passagem de ónus e de trabalhadores, e depois aquilo que se verá.

Por maioria de razão, uma vez que também foi dito que, quer pelo Vereador Sá Fernandes, quer pelo Sr. Vice-Presidente, que manter os Trabalhadores nestas condições, em que se passavam as Competências por virtude da Lei, para as Juntas de Freguesia, não seria possível e colocaria estes mesmos Trabalhadores em risco.

Ora por maioria de razão, como é que se pode prever o seu regresso à Câmara Municipal, se estas Competências já não existem, e portanto o seu regresso à Câmara Municipal está, obviamente destinado à tal questão da Mobilidade Especial, que não poderia ser de outra forma.

E portanto, é esta profunda incoerência das questões que são aqui levantadas, em termos de Proposta de regresso e de garantias de regresso dos Trabalhadores à Câmara Municipal, que nós achamos profundamente condenável, uma vez que se estão a criar inclusive expectativas que não podem ser de facto concretizadas, e que colocarão objectivamente em risco estes Postos de Trabalho, e daí as propostas que fazemos, e daí a defesa que consideramos continuar a ter intransigentemente dos Direitos dos Trabalhadores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado. Sr. Vereador Sá Fernandes.

O Sr. Vereador Sá Fernandes: - Oh Sr. Presidente, isto de facto, não pode haver aqui leituras antes desta Lei, com esta Lei em vigor, está absolutamente expresso que passa como Competência Própria para as Freguesias, assegurar a limpeza das vias, espaços públicos, sarjetas e sumidouros, quer dizer, isto está expresso na Lei.

E portanto, como é que se podia arranjar uma solução em que nós íamos esvaziar esta Competência? E nós já fizemos uma coisa muito importante, quer dizer, assegurar que a remoção, que aliás tem estado prevista como

Competência Própria, está assegurado que a remoção dos resíduos fica na Câmara.

A partir do momento em que está expresso na Lei, que assegurar a limpeza das ruas. O que é que nós vamos considerar de estrutural nisto, para uns sítios podem limpar as ruas e para outros não podem limpar as ruas? Quer dizer, é impossível, a partir do momento em que há uma Competência Própria, nós não podemos sem violar a Lei, não lhes dar esta Competência Própria e os meios para ela.

E portanto, quer dizer, nós podemos ter aqui todos os raciocínios do passado, em relação, se esta Lei, se a Transferência devia ser esta, se a Competência Própria podia ser esta, podia ser aquela ou não ser aquela, esse problema está resolvido, a não ser que mudem a Lei, com esta Lei está expresso que assegurar as vias, a limpeza das vias e sarjetas está expresso.

O que depois diz o Artigo seguinte, é que nós podemos considerar algumas tarefas estruturante, mas isso, não podemos esvaziar o conteúdo daquilo que está, quer dizer, isso é uma interpretação absolutamente, que não se pode fazer, legalmente não se pode fazer.

Oh Sr. Vereador, por muita vontade que no seu intimo tenha de que assim não seja, não à volta a dar-lhe, a Competência é própria da Freguesia, mesmo que não concorde que essa Competência tenha ido para a Câmara, para a Freguesia, ela está na Freguesia a partir do dia 1 de Janeiro, aliás já está neste momento na Freguesia, e portanto em defesa dos Trabalhadores, se esta Competência é própria, nós não podemos esvaziá-la da Câmara.

Porque no limite, como o Sr. Dr. Fernando Medina disse, as Freguesias têm esta Competência Própria delas, eles contratam as pessoas, isto já aconteceu com os Jardineiros, só com Delegação de Competência, isto já aconteceu com os Jardineiros, porque a Câmara Municipal, a maior parte das Freguesias faz "outsourcing", como sabe, quer em Lisboa, quer noutras cidades, e neste momento temos 100 Jardineiros. Sabe? E nós tínhamos mil e tal Jardineiros na Câmara, sabe?

Oh Sr. Vereador, eu conheço bem o papel do PCP em relação aos Jardineiros na Câmara, porque a maior parte dos "outsourcings" foram feitos nessa altura, sabe? No meu não, nenhum Jardineiro saiu da Câmara comigo cá, nem nenhum Cantoneiro, pelo contrário, contratámos 270 Jardineiros, e portanto não vamos confundir as coisas.

E portanto aqui, olhos nos olhos, com esta Competência que está aqui expressa, como é que o Sr. Vereador defende os Direitos dos Trabalhadores se eles não seguirem esta Competência? Como é que nós defendemos, como

é que nós asseguramos os mesmos Direitos? Nós corremos o risco sério de eles ficarem, se chegar a esse ponto, se ficarem na Câmara, e não há outra hipótese, porque a Lei também nos diz que se não temos a Competência têm que ir para a Mobilidade Especial, isto é um risco gravíssimo para os Trabalhadores, Sr. Vereador, é que é mesmo, percebe, face à Lei, é mesmo, a gente pode não concordar com a Lei, percebe, mas a Lei existe e corremos este sério risco.

O Sr. Presidente: - Muito bem. Ora bem, Srs. Vereadores, eu creio que o debate foi bastante claro, eu gostaria de chamar a atenção para o que diz o Artigo 16.º, da Lei 56/2013.

Diz o seguinte, o n.º 1: "A atribuição das novas Competências às Juntas de Freguesia, determina a transição do pessoal adequado aos Serviços ou Equipamentos transferidos, mantendo a plenitude dos Direitos adquiridos."; depois, o n.º 2 diz: "Sob Proposta da Câmara Municipal de Lisboa, cabe à Assembleia Municipal definir os Critérios da transição de Pessoal; e finalmente o n.º 3, diz: "A efectivação da transição do Pessoal cabe à Câmara Municipal, após consulta às Juntas de Freguesia envolvidas."

O que nós neste momento estamos a fazer, é o que está previsto no Ponto 2, que é a definição de Critérios, porque quanto à discussão de fundo, que era saber que Competências é que deviam ser transferidas para a Junta de Freguesia, esse foi o debate que foi feito no Mandato anterior, e sobre o qual a Câmara Municipal de pronunciou, a Assembleia Municipal se pronunciou, toda a gente se pronunciou e a Assembleia da República legislou, estas Competências são hoje Competências das Juntas de Freguesia e já não são Competências Municipais.

E com esta passagem de Competência, passaram os respectivos Funcionários. Quais são os Critérios que nós temos que definir? É isso que está aqui em causa; segundo lugar que a Lei nos obriga, temos que o fazer de forma a garantir a plenitude dos Direitos adquiridos, e é isso que esta Deliberação também tem que tratar; e depois finalmente, quando depois da Câmara e Assembleia Municipal definirem os Critérios, nós temos com cada uma das Juntas de Freguesia, então ver em concreto quais são as pessoas individualizadas que se transferem daqui para ali.

Ora o que é que nós procurámos aqui fazer? Primeiro, foi um Critério que assentasse essencialmente na estabilidade do Serviço e na estabilidade das próprias pessoas, por exemplo, uma das Competência que é transferida pela Lei, é a lavagem e a varredura das ruas, podíamos ter vários critérios. Qual foi

o critério que adoptámos, porque é o critério que é mais estável e menos perturbador, quer para os Serviços, quer para as pessoas? É, os Postos de Limpeza, as pessoas que nos Postos de Limpeza estão associada à limpeza e varredura das ruas, transferem-se para o Quadro da Junta de Freguesia servida por aquele Posto de Limpeza.

O que é que isto significa? Significa que no dia a seguir à transferência, um Cantoneiro que está a servir, a exercer funções naquele Posto, continua exactamente a fazer as mesmas funções, no mesmo local de trabalho e nas mesmas condições que estava anteriormente.

O que é que mudou? Bom, nem mudou sequer as chefias directas, porque os Encarregados e Encarregados Gerais estão também no pacote da transferência, o que mudou verdadeiramente, é que deixa de reportar a um Director Municipal, que ficou na Câmara, a um Vereador que ficou na Câmara, e passa a reportar a um Presidente de Junta de Freguesia, esta é a mudança, quanto ao resto manteve-se estável.

Claro, podíamos ter adoptado outros critérios, mas todos os outros critérios seriam muito mais perturbadores da vida das pessoas e do funcionamento do Serviço; o mesmo se diga relativamente aos Equipamentos Desportivos, aos Equipamentos Culturais, quem trabalha hoje numa Biblioteca...que passa a ser gerida pela Junta de Freguesia, no dia a seguir à transferência continua nessa mesmíssima Biblioteca, a fazer o mesmíssimo trabalho, só que em vez de reportar à Sr.^a Vereadora Catarina Vaz Pinto e ao Director Municipal de Cultura, passou a reportar à Junta de Freguesia, portanto isto é o que garante maior estabilidade.

O que é que importava também definir aqui para garantia da plenitude dos Direitos? Era a enunciação clara de quais são os Direitos, não são só, primeiro o Direito Básico, à manutenção do Direito Público, continuar a ser Trabalhador da Administração Pública, com todos os Direitos legais inerentes ao exercício de funções como Trabalhador da Administração Pública.

Mas para além desse, era necessário especificar quais eram os Direitos Adquiridos, e os Direitos Adquiridos são vários, de várias naturezas, é a Antiguidade, são os Complementos Remuneratórios, é o Horário, tudo isso é previsto aqui que fica individualizado na Ficha Individual de cada um dos Trabalhadores, que essa Ficha Individual fica Anexa ao Auto de Transferência. E por isso, a Junta de Freguesia sabe que relativamente a cada uma das pessoas que integra nos seus Quadros, qual é a Antiguidade, qual é o Horário que pratica, quais são os Complementos Remuneratórios, se trabalha na Biblioteca, não tem direito a Subsídio de Risco e Penosidade, por exemplo, e

não consta da sua Ficha; mas se é Cantoneiro de Limpeza, tem direito, porque foi adquirido, ao Subsídio de Risco e Penosidade e conserva esse mesmo direito, isso está individualizado, tem que estar individualizado na Ficha e que a Junta tem que o aceitar, para se obrigar também a cumprir.

O que é que muita gente e os diversos Sindicatos chamaram à atenção? Que era preciso garantir uma segurança de recuo, para o caso de uma Junta de Freguesia um dia resolver exercer de uma outra forma aquela Competência, basicamente privatizando, recorrendo ao “outsourcing”, etc.; e nós expressamente reconhecemos a isso com uma circunstancia objectiva que permite o regresso ao Quadro do Município.

Agora para isso, temos que manter cativos no Quadro do Município esse Pessoal, e para que não haja dúvidas porque é que esse Quadro de Pessoal tem que manter lagares cativos, apesar das funções neste momento estarem noutra sítio, está precisamente previsto e identificado aqui na Proposta, que o Quadro se mantém cativo, para essa circunstancia ou para uma outra circunstancia, porque ninguém está impedido, esta Câmara neste Mandato ou noutra Mandato qualquer, de alterar a especificação que fez dos Equipamentos que considera relevantes.

Admita o Sr. Vereador que um dia é Maioria nesta Câmara, e passa a entender que a totalidade das Bibliotecas devem ser relevantes, não está impedido de tomar essa deliberação e de nesse caso os Funcionários que estão afectos às Bibliotecas, saem do Quadro das Juntas de Freguesia e regressam ao Quadro do Município.

Agora há uma garantia muito importante que é aqui introduzida, é que também regressam, estando o Município obrigado a respeitar os direitos que entretanto venham a ser adquiridos no exercício de funções nas Juntas de Freguesia, porque há pelo menos um que seguramente vai ocorrer, que é o da antiguidade, o tempo vai continuar a passar e portanto as pessoas vão ganhando antiguidade no exercício das funções nas Juntas de Freguesia e na hipótese de regresso tinham que ser garantidos.

Ora bem, isto é o que resulta da Lei, nós temos que fixar estes Critérios para que as Competências possam ser exercidas plenamente pelas Juntas de Freguesia, porque seria absolutamente inaceitável transferir Competências para as Juntas, sem os meios para as Juntas.

O Sr. Vereador já várias vezes colocou a questão de saber se as Juntas têm os meios financeiros para isso? Eu recorro que o Artigo 17.º da Lei, enuncia relativamente a cada uma das Juntas de Freguesia, quanto é que vai receber já

em 2014, das verbas que até agora eram transferidas para a Câmara e que passam a ser transferidas para as Juntas de Freguesia.

E essas verbas correspondem a quê? Essas verbas foram calculadas, o Sr. Vereador António Proa lembra-se bem, participou nos trabalhos no âmbito da reforma de cálculo destas verbas, estas verbas correspondem parte às Competências que já eram Delegadas, àquilo que era o custo já das Transferências da Câmara para as Freguesias.

E relativamente às outras que não eram então Delegadas e que passaram a ser Competências próprias das Freguesias, foi feita uma estimativa pelos Serviços, designadamente em matéria salarial, de quais eram os encargos que as Juntas teriam que passar a suportar e que portanto tinham que ter a necessária cobertura financeira.

E portanto, esse é outro motivo pelo qual nós não podemos adiar mais esta decisão, é que no dia 30 de Janeiro, nós deixamos de receber e as Juntas passam a receber a primeira tranche destas Transferências, que cobre designadamente os Vencimentos das pessoas afectas às funções e aos Equipamentos transferidos para as Juntas de Freguesia.

E nós não podíamos, obviamente, ficar com a Despesas do lado de cá e as Juntas com a Receita do lado de lá, mas como se se recorda, não sei se estava cá no debate do Orçamento, foi, acompanhou mas talvez não tenha registado isto, foi explicado que quer nós, quer as Juntas de Freguesia, tínhamos que fazer a versão inicial do Orçamento independentemente desta mudança, e que concretizada esta mudança tem que se proceder à Alteração Orçamental, porque está lá de facto orçamentada a Despesa, mas também lá estão orçamentados os 68 milhões de euros que nós não vamos receber, porque como todos sabemos, esse 68 milhões de euros vão ser transferidos directamente para as Freguesias.

Portanto, a forma que a Proposta pelo PCP de facto só era possível, se nós travássemos o Processo de Descentralização e mantivéssemos na Câmara as Competências, aliás é o que o PCP faz, logo no nº.1, O que é que o PCP propõe? Assegurar a limpeza urbana integral em toda a Cidade de Lisboa, e para tal são considerados igualmente estruturantes todos os actuais Postos de Limpeza.

Portanto ouça, eu acho que é respeitável essa posição do PCP, mas vamos a ver, essa foi a discussão que nós tivemos no Mandato anterior, e o entendimento que nós tivemos, que temos e que está espelhado na Lei, é que no âmbito da Higiene Urbana há funções, como a lavagem e a varredura, que

com vantagem serão exercidas ao nível da Freguesia e não se manterem centralizadas na Câmara.

Quer dizer, andamos a discutir isto há 5 anos, podemos discutir mais 5 anos, eu não posso garantir-lhe que não me convença, não me pode garantir certamente que eu também não o venha a convencer, mas há-de convir em que há um momento em que não vale a pena estarmos a discutir o princípio da vida, não é o princípio da vida que está em discussão, essa discussão foi feita, está consolidada, está espelhada na Lei.

Agora tratasse de saber como é que dotamos as Freguesias de condições para exercer essas funções, quais são os Critérios que nós definimos para a transferência de Pessoal e como é que garantimos nessa transferência de Pessoal, a estabilidade da plenitude dos Direitos Adquiridos por parte dos Trabalhadores, estas são as questões e o que consideramos estruturante.

Agora como deve imaginar, não podemos considerar estruturante tudo, quer dizer, o PCP diz: O que é que é estruturante? É toda a limpeza urbana, quer dizer, isso é esvaziar de facto a Transferência de Competências na Área da Higiene Urbana; quando diz, todas as Bibliotecas são estruturantes, bom, é esvaziar a descentralização para as Juntas de Freguesia das Competências relativas às Bibliotecas, oiça, portanto isto não temos caminho.

Bom, o que é que eu sugiro? Temos aqui Propostas de diferente natureza, temos as Propostas do PCP, que são Propostas de Alteração às Propostas apresentadas pela Câmara, e que eu acho que devem ser votadas previamente.

Depois, temos uma Proposta do CDS/PP, que é uma Proposta que não altera a Proposta da Câmara, é uma Proposta simplesmente de adiar a Proposta da Câmara, e que portanto se a Proposta da Câmara for aprovada, fica prejudicada a apreciação da Proposta do CDS/PP, creio que estamos entendidos sobre isto.

Eu depois pedia ao Vereador João Ferreira que me recordasse quais são os Pontos da Proposta da Câmara que queria ver votados separadamente.

O Sr. Vereador João Ferreira: - São basicamente todos.

O Sr. Presidente: - Todos? Muito bem. Bom, vou por primeiro à votação a Proposta de Alteração do PCP, à Proposta 915/2013. Certo? Quem vota contra? Ah, a do PCP é que era Ponto por Ponto.

Muito bem, proposta do PCP ponto 1 da proposta de alteração apresentada pelo PCP, quem vota contra? quem se abstém? Foi rejeitada com os votos

favoráveis do PCP e os votos contra dos restantes eleitos. Ponto 2, quer também ponto 2.1, 2.3 ou pode ser o ponto 2 em bloco? 2.1 até 2.7, separadamente, muito bem.

Então vou pôr à votação o ponto 2.1 da proposta do PCP. Quem vota contra? quem se abstém? Foi rejeitada com o voto a favor do PCP e o voto contra dos restantes eleitos.

Ponto 2.2 quem vota contra? quem se abstém? Foi rejeitada a abstenção do Movimento de Cidadãos por Lisboa, e o voto favorável dos vereadores do PCP.

Ponto 2.3 quem vota contra? quem se abstém? Foi rejeitada com os votos favoráveis do PCP e o voto contra dos restantes eleitos.

Ponto 2.4 quem vota contra? quem se abstém? Foi rejeitada com os votos favoráveis do PCP, a abstenção da Vereadora Paula Marques, e o voto contra dos restantes eleitos.

Ponto 2.5 quem vota contra? quem se abstém? Foi rejeitada com os votos favoráveis do PCP, e o voto contra dos restantes eleitos.

Ponto 2.6 quem vota contra? quem se abstém? Foi rejeitada com os votos favoráveis do PCP, e o voto contra dos restantes eleitos.

A Sr.ª Vereadora (?): - Só uma questão, quanto ao ponto 2.7 eu julgo que a proposta do PCP não verificou que isto já foi alterado na versão distribuída. Portanto, já está na versão distribuída pela Câmara Municipal e não pelo Presidente da Câmara. é só para fazer esta clarificação porque isto já foi alterado na proposta.

O Sr. Presidente: - Está acolhida portanto não é necessário votar, muito bem.

O Sr. Presidente pôs à votação a alteração Proposta 915/2013 a qual foi aprovada ponto por ponto:

Ponto 1, ponto 2.1, ponto 2.3, ponto 2.5, ponto 2.6 - rejeitados com 15 votos contra (9PS, 2IND, 3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos a favor do (PCP)

Ponto 2.2 - rejeitado com 13 votos contra (9PS, 3PPD/PSD e 1 CDS/PP), 2 abstenções (IND) e 2 a favor (PCP)

Ponto 2.4 - rejeitado com 14 votos contra (9PS, 1(IND), 3(PPD/PSD) e 1 (CDS/PP), 1 abstenção (IND) e 2 votos a favor (PCP));

O Sr. Presidente: - Vou pôr agora à votação a Proposta 915/2013, pergunto se posso pôr em bloco? A nossa pode ser em bloco, certo?

Portanto, vou pôr então à votação em bloco a Proposta 916/2013, quem vota contra? quem se abstém? Foi aprovada com os votos contra do PCP, a abstenção do CDS/PP, e o voto favorável dos restantes eleitos.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 915/2013, a qual foi aprovada ponto Aprovada por maioria com 14 votos a favor (9PS, 2Ind., 3PPD/PSD), 2 votos contra (PCP) e 1 abstenção (CDS/PP))

O Sr. Presidente: - Vou passar agora à Proposta 916/2013, a proposta o PCP pretende votar ponto a ponto? Ponto 1 da Proposta de alteração à Proposta 916/2013 apresentada pelo PCP. Quem vota contra? quem se abstém? Foi rejeitada com o voto favorável do PCP e dos Vereadores do Movimento de Cidadãos por Lisboa e o voto contra dos restantes eleitos.

Ponto 2 da Proposta do PCP Quem vota contra? Quem se abstém? Foi rejeitada com o voto favorável do PCP e o voto contra dos restantes eleitos.

O Sr. Presidente pôs à votação à alteração Proposta 916/2013 do PCP a qual foi aprovada ponto Votada ponto por ponto:

Ponto 1 - rejeitado com 13 votos contra (9PS, 3PPD/PSD e 1 CDS/PP) e 4 votos a favor 2 (IND) e 2 PCP))

Ponto 2 - rejeitado com 15 votos contra (9PS, 2IND, 3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos a favor (PCP)

O Sr. Presidente: - Vou pôr agora à votação a Proposta 916/2013. Posso por em bloco? Portante Proposta 916/2013, Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada com os votos contra do PCP, e a abstenção do CDS/PP, e o voto contra dos restantes eleitos.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 916/2013 do PCP a qual foi Aprovada por maioria com 14 votos a favor (9PS, 2Ind. e 3PPD/PSD), 2 votos contra (PCP) e 1 abstenção (1CDS/PP))

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador José Sá Fernandes.

O Sr. Vereador José Sá Fernandes: - Eu peço desculpa desta minha intervenção, mas queria fazer aqui a seguinte declaração:

Acho absolutamente revoltante para quem fende que os trabalhadores da higiene urbana, que eu acho que estamos a defender os interesses deles, não passa para as juntas para as juntas de freguesia. E considero que os jardineiros podiam passar todos para as juntas de freguesia. Que é o que diz a proposta do PCP.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador João Afonso.

O Sr. Vereador João Afonso: - Queria após votação manifestar a plena confiança nas juntas de freguesia como órgãos autárquicos, como órgãos da Administração Publica, e nas suas capacidades para executarem as tarefas que lhes vão ser incumbidas a partir de dia 1 de Janeiro, e a plena confiança que será o melhor serviço terão os munícipes de Lisboa.

Além disso queria também reforçar a ideia que tinha transmitido na ultima reunião que seria importante a Câmara Municipal para discussão em sede de Assembleia Municipal, fazer uma listagem de todos os equipamentos que ficam assim sob gestão das juntas de freguesia, para não haver equívocos sobre a discussão que se vai ter em sede de Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador João Ferreira.

O Sr. Vereador João Ferreira: - Obrigado Sr. Presidente. Eu queria dizer que relativamente às Proposta 915 e 916 o PCP apresentará uma declaração de voto. E queria recordar ao Sr. Vereador José Sá Fernandes que acabou de votar contra uma proposta do PCP que dizia no ponto 1 que se inicia um processo de oscultação dos trabalhadores se existem voluntários. E contra o ponto 2 onde diz que nenhum trabalhador, os trabalhadores transferidos devem ser apenas voluntariamente e em regime e mobilidade.

Muito Obrigado.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Sr. Presidente é anunciar que irei apresentar uma declaração de voto relativamente às duas propostas.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador Fernando Medina.

O Sr. Vereador Fernando Medina: - Era só para prestar um esclarecimento ao Vereador João Ferreira que acabou de votar contra uma proposta apresentada pelo executivo, em que prevê para os trabalhadores não afectos a equipamentos onde se privilegiou a estabilidade do posto de trabalho efectivo. Acabou de votar contra uma proposta que diz precisamente que a transferência deve começar na base da vontade do trabalhador e do voluntariado e da sua disponibilidade.

O Sr. Presidente: - Eu gostaria só de dizer que irei apresentar uma declaração de voto por escrito, porque gostaria que ficasse registado o meu entendimento para hoje e para sempre de que este processo assegura a plenitude dos direitos adquiridos pelos trabalhadores a estabilidade do direito dos lugares que ficam reservados no quadro e o direito de qualquer trabalhador regressar nas condições previstas nesta deliberação. Porque não gostaria que num futuro pudesse ser desconhecido a garantia que o Presidente da Câmara deu sobre esta matéria.

Sr. Vereador Fernando Seara.

O Sr. Vereador Fernando Seara: - Sr. Presidente só duas notas, os Vereadores do PSD apresentarão uma declaração de voto conscientes do que aquilo que tudo que disseram ao longo do debate está confirmado nas propostas agora votadas. É segundo, apresentar a todos os presentes e também aqueles que nos vêm pela via interna um Santo Natal e um óptimo 2014. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito bem. Um Bom Natal e Bom Ano para todos.